



Impactos não serão homogêneos entre os diferentes ramos; setores de saúde, transporte, agropecuária e crédito terão desafios específicos, exigindo estratégias de adaptação distintas

REPORTAGEM

Novo sistema tributário mobiliza cooperativas gaúchas

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O setor cooperativista gaúcho já mobiliza esforços para poder atuar em conformidade e se adequar ao novo modelo tributário nacional que entra em vigor em 2026, com a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Para a coordenadora de ensino, pesquisa e extensão da Escola Superior do Cooperativismo (Escoop), Paola Richter Londo, a principal preocupação não está apenas na interpretação jurídica das novas regras, mas na capacidade operacional das cooperativas de adaptar seus processos internos.

Vinculada ao Sistema Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), a Escoop tem in-

tensificado ações de orientação e capacitação diante do volume crescente de dúvidas das cooperativas. Segundo Paola, o tema se tornou a prioridade número um dos atendimentos técnicos realizados pela entidade.

“Costumamos dizer que a reforma tributária será resolvida nos setores de compras e financeiro. Esses profissionais precisam estar preparados para a mudança operacional, que será grande”, afirma a especialista.

Os impactos, segundo ela, não serão homogêneos entre os diferentes ramos do cooperativismo. Cooperativas de saúde, transporte, agropecuária e crédito terão desafios específicos, exigindo estratégias de adaptação distintas. “Nossa preocupação no Sistema Ocergs reside nas diferenças entre os ramos cooperativos.

O desafio atual é preparar ramos que não possuem sistemas reguladores tão fortes por trás”, observa.

A especialista, formada em Contabilidade e com mestrado e doutorado em Contabilidade e Controladoria, destaca que a fase atual da reforma exige atenção redobrada à adaptação dos sistemas de gestão, à revisão de cadastros e à compreensão dos novos códigos tributários. “O foco atual é operacional: entender como funcionará dentro do sistema, os novos códigos e como isso reflete em cada tipo de negócio”, explica.

A Escoop já oferece cursos assíncronos sobre reforma tributária para os principais ramos cooperativos e agora avança para capacitações presenciais e síncronas. O primeiro segmento contemplado foi o agropecuário, enquanto o pró-

ximo ciclo será direcionado às cooperativas de saúde. Paralelamente, o Sistema Ocergs reúne dúvidas recorrentes das cooperativas para elaborar pareceres jurídicos e técnicos disponibilizados gratuitamente.

Embora a reforma tenha sido apresentada pelo governo como uma medida de simplificação e aumento da segurança jurídica, Paola avalia que ainda é cedo para afirmar se esses objetivos serão plenamente alcançados. “Essa pergunta será respondida na prática. Só teremos essa certeza após os dois primeiros anos da reforma”, pondera. Segundo ela, existem expectativas positivas e também receios de aumento da judicialização, o que torna inevitável um período de acomodação e ajustes.

No entendimento da especialista, o momento exige planejamento e qualificação conti-

nua. “A reforma é um desafio inevitável. Precisamos vencer o medo do novo e buscar qualificação para estarmos preparados para as mudanças que certamente ocorrerão”, conclui.

A avaliação de Paola reforça a percepção de que a transição para o novo sistema tributário será definida menos nos gabinetes jurídicos e mais no chamado “chão de fábrica” administrativo das cooperativas. A eficiência dos setores de compras, financeiro e contabilidade deverá determinar a capacidade das organizações de atravessar a mudança sem perdas operacionais, autuações ou interrupções em seus processos. Para o cooperativismo gaúcho, a corrida por capacitação já começou e tende a se intensificar nos próximos meses, à medida que se aproximam as primeiras etapas práticas da implementação do IBS e da CBS.